

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil

Class.: 25 XGR

Data: 23.05.81

Pg.: _____

Índios em Santa Catarina querem se emancipar para vender madeira da reserva

Curitiba e Florianópolis — A Funai retirou todos os seus funcionários do Posto Indígena de Ibirama (SC), e não vai realizar qualquer trabalho na reserva até que os próprios índios o decidam. Eles querem a emancipação para poderem negociar a madeira dos quase 15 mil hectares da reserva.

O delegado Regional da Funai, Harri Teles, conversou com alguns índios que são contrários à emancipação, e disse que a posição da Funai é "deixar que a comunidade reveja seus pontos-de-vista, para depois definir que medidas tomará".

REFÊNS DA FUNAI

O problema com os índios da Reserva Duque de Caxdas, em Ibirama, se prolonga há quase cinco anos. Segundo a Funai, os índios querem a emancipação, insuflados por mestiços da região que derrubam árvores da reserva para comercialização. Quarta-feira, um grupo de índios, liderado pelo cacique Antônio Caxdas Popo, deteve cinco funcionários do Posto da Funai. O grupo manteve como refém o chefe do Posto, Dival José de Souza, libertado quinta-feira de manhã, pouco antes da chegada do delegado Regional da Funai.

Ontem, o delegado conversou com o índio Aristides Criri — um dos quatro caciques da tribo — que é contra a emancipação. Criri retornou à reserva a fim de discutir o impasse com a comunidade, e a Funai retirou os oito funcionários e suas famílias do Posto.

A comunidade da reserva é formada por 350 índios xokleng e outras 500 pessoas, entre as quais índios guaranis, mestiços e caçusos. Esta miscigenação faz com que surjam vários desentendimentos. A tribo tem, inclusive, quatro caciques.

Nos últimos 20 dias a Delegacia Estadual do IBDF interditou 22 firmas que retiravam madeira ilegalmente da Reserva Indígena Duque de Caxdas, da Funai, em Ibirama, que só poderão voltar a funcionar depois de pagarem multas entre Cr\$ 200 e Cr\$ 300 mil, informou

o delegado do órgão, Ulisses Rogério de Andrade.

Os madeireiros extraíam diretamente a madeira ou a compravam dos índios da reserva por Cr\$ 4 mil o metro cúbico — a metade do preço real de mercado. Além da punição administrativa, eles deverão responder a inquérito instaurado pela Polícia Federal, a pedido da Funai, estando sujeitos a penas de reclusão que variam de um a quatro anos, de acordo com o Artigo 168 do Código Penal. Só que, devido a dificuldades encontradas para a realização das perícias in loco, a Polícia ainda não concluiu nenhum dos 10 inquéritos que instaurou nos últimos meses.

FIRMAS CLANDESTINAS

Das 22 madeiras lacradas por ordem do IBDF, 17 já pagaram as multas e reiniciaram suas atividades, enquanto seus proprietários aguardam a conclusão do inquérito criminal. Mas três, que funcionavam clandestinamente, continuarão fechadas até atenderem os requisitos exigidos pela legislação florestal, o que inclui a apresentação de um programa de reflorestamento já implantado.

Segundo o delegado do IBDF, nos últimos 12 anos foram extraídos cerca de 4 mil hectares de madeira da reserva, que tem aproximadamente 14 mil 500 hectares, sendo 90% da área de madeiras nobres, como cedro, canela, peroba, e caviúna.

Andreazza não pode ampliar Sangradouro

Porto Alegre — Depois de afirmar que a Reserva Indígena de Sangradouro está delimitada desde 1974, o Ministro do Interior, Mário Andreazza, disse que sua ampliação "não é possível" como querem os índios xavantes que estão em litígio com os fazendeiros, pela anexação de 36 mil hectares a sua reserva.

Embora ressaltando que está há três dias fora de Brasília e por isto não sabe o que está acontecendo na reserva dos xavantes, em Mato Grosso, o Ministro do Interior disse que se há policiais na área, conforme denúncia dos índios, eles ali estão "como agentes do Estado, que é o responsável pela segurança de propriedades privadas".

Ao retornar ontem de sua viagem de dois dias ao Estado,

o Ministro do Interior considerou que, embora não exista possibilidade de ampliação da reserva de Sangradouro, a Funai poderá verificar se existem áreas nas proximidades que, não sendo ocupadas, possam ser utilizadas pelos índios. Depois de reconhecer que "isto tudo é muito difícil," ao se referir ao problema dos índios, Mário Andreazza disse que o Ministério do Interior está procurando solucionar.

O Ministro do Interior esteve ontem visitando as obras do canal adutor, em construção através de convênio entre o BNH e a Companhia Riograndense de Saneamento, para abastecimento de água da cidade de Rio Grande, e em Bagé, onde assinou contratos para construção de cerca de 3 mil casas pelo Projeto Promorar.